

## **RELATÓRIO OFICINA PARA REVISÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS COM FOCO NO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS – SABER POPULAR – RIO DAS OSTRAS**

Data 07/06/2022

Local: Parque dos Pássaros

### **1. INTRODUÇÃO**

O Plano de Recursos Hídricos (PRH) é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos onde estão reunidas as informações regionais que influenciam diretamente na tomada de decisão sobre a região hidrográfica. Entretendo o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (PRH RH-VIII) foi publicado em 2014 com dados atualizados até 2012. Considerando que houve alterações nas condições ambientais, sociais e econômicas da região, torna-se necessária a revisão dos dados. O objetivo da revisão deste instrumento de gestão é promover a segurança hídrica para as gerações atuais e futuras através de dados atualizados na gestão dos recursos hídricos.

Como parte da revisão do PRH RH-VIII foram realizadas oficinas para discutir a proposta técnica de equandramento dos corpos hídricos, as oficinas foram: Oficinas do Saber Técnico (técnicos e profissionais da região), Oficinas do Saber Corporativo (usuários de água), Oficinas do Saber Político (órgãos do governo) e as Oficinas do Saber Popular (sociedade civil).

As Oficinas do Saber Popular tiveram o título “Oficina de Revisão do Plano de Recursos Hídricos com foco no Enquadramento” com o tema “Os rios que temos e os rios que queremos” (Figura 1). A programação foi de 8:30 às 16:30, no início foi realizado um nivelamento conceitual, uma apresentação da proposta técnica de enquadramento presente no PRH RH VIII (2014), seguida da divisão em grupos de trabalho para discussão sobre “os rios

que queremos”, finalizada com uma roda de conversa, na qual a sociedade civil discutiu sobre o “rio que podemos ter”, dentre outras questões relativas à gestão dos recursos hídricos.



**OFICINA PARA REVISÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS COM FOCO NO ENQUADRAMENTO**

**Evento 3**  
Oficina do **Saber**  
Rio das Ostras

Tema **OS RIOS QUE TEMOS E OS RIOS QUE QUEREMOS**

**Terça-feira, dia 07 de junho**  
de **08:30** às **16:30**

Local do evento  
**Parque dos Pássaros - Rio das Ostras**  
**R. Petrópolis, Bairro Jardim Mariléa.**

**As vagas são limitadas!**

**Programação**

**08:30** Credenciamento e café da manhã

**09:00** Boas vindas e apresentação dos participantes da Oficina

**09:30** Nivelamento conceitual Apresentação do CBH Macaé e das propostas técnicas de enquadramento nos diferentes cenários de desenvolvimento apontados no PRH RH-VIII à luz da Resolução CONAMA 357/05 - "os rios que temos"

**10:30** Explicação da metodologia da Oficina e divisão em Grupos de Trabalho

**10:45** Debate para validação da proposta técnica de enquadramento: "Que rios queremos ter, em termos de uso e de qualidade de água?"

**12:00** Almoço

**13:00** Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho

**15:00** Intervalo para lanche

**15:30** Roda de conversa com os participantes: "os rios que podemos ter"

**16:30** Encerramento do evento

COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ

Figura 1. Cartaz de divulgação da Oficina, com descrição da programação.

O presente relatório refere-se à Oficina do Saber Popular, realizada no dia 7 de junho de 2022, no Parque dos Pássaros, em Rio das Ostras - RJ, para discutir os trechos da Bacia Hidrográfica do Rio das Ostras. Estiveram presentes: Romulo Torres (Morador - Sem instituição), Robson dos Reis Sousa (Morador - Sem instituição), Jolnnye R. Abrahão (SEMAP/SUPGAM/PMRO), Luciana A. N. Franco (SEMAP/DELAM/PMRO), José Geremias (Bithena), Marina de A. Ferreira (Pescarte), Gilberto (Paróquia N. Sra. Da Conceição), André B. Amador (Sítio Paraíso Ecológico – Santa Luzia/Lumiar), Adiane C. de Oliveira (SEMAP/PMRO), Hugo Zecchin (Opus socialis) e Wilmar W.B. Junior (SEMAP/IFF).

## 2. O RIO QUE QUEREMOS TER

Feito o nivelamento conceitual e a apresentação da metodologia, os participantes dividiram-se em um único grupo (Figura 2) para discutir sobre a qualidade das águas e os desejos de usos dos principais trechos definidos na Proposta de Enquadramento do Plano de Recursos

Hidricos da Região Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras (2014), referentes à bacia hidrográfica do rio das Ostras. O grupo expôs suas percepções na elaboração de cartazes sobre os trechos definidos. O grupo dialogou sobre os seguintes trechos:

1. Rio Jundiá (área da nascente);
2. Rio Jundiá (nascente até o encontro com o rio das Ostras);
3. Rio Iriri (depois da REBIO até o encontro com o rio das Ostras);
4. Rio das Ostras (do encontro do rio Iriri até a foz);
5. Lagoa do Iriri;
6. Lagoa Salgada;
7. Lagoa de Itapebussus;
8. Rio Purgatório;
9. Rio Imboassica;
10. Lagoa Imboassica;
11. Canal das Corujas;
12. Canal dos Medeiros.



Figura 2. Grupo de Trabalho discutindo sobre o rio que queremos na bacia do rio das Ostras.

## 2.1. Trechos de rio e diálogos do grupo de trabalho

O grupo começou sua apresentação com o rio Jundiá e destacou que, desde a sua nascente até o encontro com o rio das Ostras, gostaria de maior preservação, especialmente na nascente, com o objetivo de garantir o abastecimento humano para as gerações atuais e futuras. Ao longo do rio Jundiá, a classe pode ter alteração para o uso para banho e pesca. Em determinados trechos, existe impactos antrópicos grandes que precisam de investimentos em restauração da mata ciliar e retirada de resíduos sólidos. O trecho do rio das Ostras possui maior concentração de urbanização com casas e indústrias, em comparação com outros trechos, isso faz com que a conservação ambiental e o abastecimento humano enfrentem obstáculos e precisem de maior atenção.

Sobre as lagoas, a Lagoa do Iriri tem a problemática dos resíduos sólidos e do lançamento de esgoto, além da urbanização com o avanço das casas e do comércio. Por isso, enfatizaram o aumento da fiscalização e da conservação como soluções e, também, a promoção do aumento do acesso à esses locais para banho e lazer, com o objetivo de promover qualidade de vida para a população. Na Lagoa Salgada e na Lagoa de Itapebussus, apesar da maior conservação ambiental e pouca intervenção humana, é necessário manter as medidas atuais de cuidado e efetivar os planos de manejo dessas unidades de conservação.

O rio Purgatório fica dentro da área da Reserva Biológica União (ReBio União), entretanto, ao longo do seu curso era um local utilizado para o tratamento de antideterioração de dormentes de madeira em linhas ferroviárias entre as décadas de 60 e 90, com a utilização de um poluente orgânico chamado creosoto, ficando um passivo ambiental na UC. Essa contaminação precisa ser monitorada e estão sendo avaliadas soluções para remediação do contaminante, para que não ocorra problemas ambientais, como contaminação dos corpos hídricos.

No rio Imboassica, que faz a divisão dos municípios Rio das Ostras e Macaé, apesar de ser uma área empresarial, os participantes gostariam que fosse realizada uma ação de conservação, com o objetivo de praticar atividades de lazer e pesca. Por simbolizar o limite

dos municípios, a gestão e as soluções sobre esse trecho precisam ser compartilhadas, no entendimento do grupo.

Já no Canal das Corujas e no Canal dos Medeiros, que são trechos com maiores focos de lançamento de esgoto, prejudicam tanto o município de Rio das Ostras, com o deságue do canal das Corujas, quanto Casimiro de Abreu, onde o canal dos Medeiros deságua no rio São João. Inclusive, o distrito de Barra de São João tem uma comporta/grade para regular a entrada de resíduos vindo do canal dos Medeiros. A prefeitura de Rio das Ostras precisa investir em saneamento básico para a população e, como consequência, impedir o lançamento de esgoto nos canais. O objetivo para os canais é de ser utilizado futuramente para lazer, com recreação de contato secundário e harmonia paisagística, com espaços de uso coletivos nas margens. Nos cartazes foram expostas as seguintes informações, de acordo com cada trecho discutido:

#### **2.1.1. Rio Jundiá (nascente)**

Preservação ambiental, abastecimento humano, lazer/pesca

#### **2.1.2. Rio Jundiá (nascente até o encontro com o Rio das Ostras)**

Agroecologia, recuperação da mata ciliar, lazer, pesca e sem resíduos sólidos.

#### **2.1.3. Rio Iriri (da REBIO até o encontro com o Rio das Ostras)**

Recuperação da mata ciliar, ordenamento territorial, lazer, pesca, soluções baseadas na natureza, agroecologia, ecoturismo e abastecimento humano.

#### **2.1.4. Rio das Ostras (do encontro do Rio Iriri até a foz)**

Lazer, pesca, contato primário, sem assoreamento, proteção dos mangues, planejamento pesqueiro e produção de ostras.

#### **2.1.5. Lagoa do Iriri e Lagoa Salgada**

Lazer de contato primário, conservação ambiental, saneamento, controle da urbanização, ordenamento turístico, plano de manejo implementado, regularização fundiária.

#### **2.1.6. Lagoa de Itapebussus**

Lazer de contato primário, ordenamento do turismo, conservação ambiental, plano de manejo implementado.

#### **2.1.7. Rio Purgatório**

Conservação e preservação ambiental.

#### **2.1.8. Rio Imboassica**

Lazer, pesca, recuperação da mata ciliar e agroecologia.

#### **2.1.9. Lagoa Imboassica**

Lazer de contato primário, conservação ambiental, saneamento, controle da urbanização e ordenamento turístico.

#### **2.1.10. Canal das Corujas e Canal dos Medeiros**

Saneamento – do canal e afluentes, harmonia paisagística, controle da urbanização, recuperação da mata ciliar e recreação de contato secundário.

Os desejos evidenciados, no geral, foram, principalmente, relacionados ao saneamento básico, especificamente, tratamento de esgoto (Figura 3). Ação a qual as prefeituras precisam investir para que não haja lançamento de esgoto nos corpos hídricos. Também devem ser feitos investimentos em preservação e conservação ambiental, com o objetivo de utilizar os diferentes trechos para o lazer, pesca, agroecologia e promover o equilíbrio dos ecossistemas.

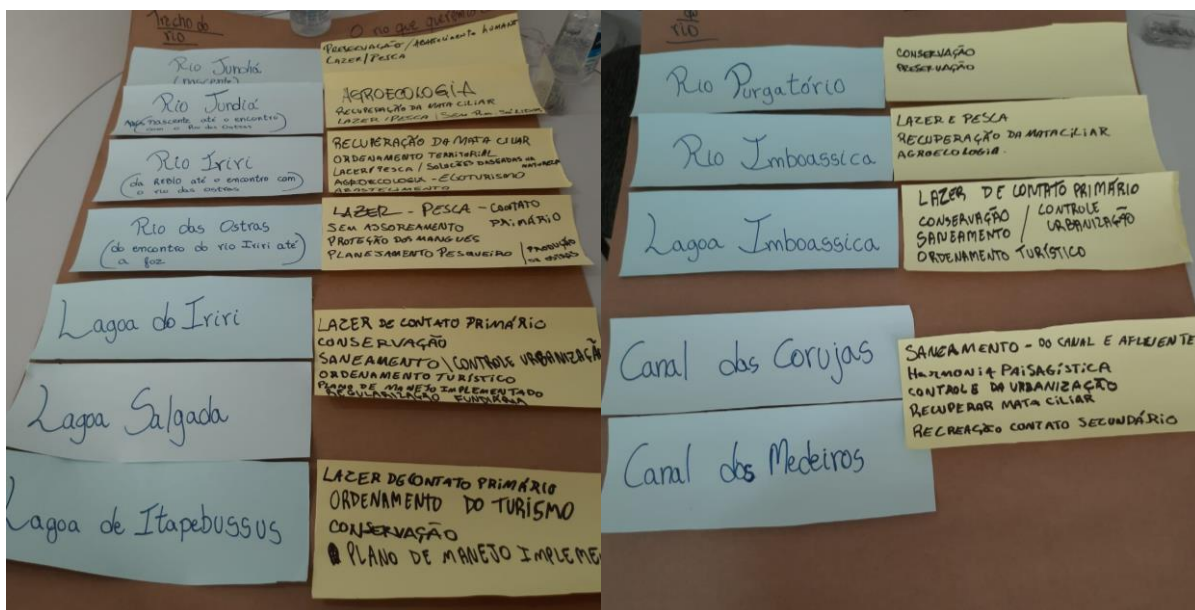


Figura 3. Cartazes produzidos pelo grupo resultados do diálogo sobre “O rio que queremos”. Os trechos de rio estão representados em papel azul e os desejos em papel amarelo.

### 3. O RIO QUE PODEMOS TER – RODA DE CONVERSA

Primeiramente, o debate iniciou com dúvidas e esclarecimentos sobre o funcionamento e aplicação tanto do PRH RH VIII (2014), quanto do enquadramento em classes. Assim como, surgiram falas e perguntas relacionadas ao programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e como é sua aplicação no cenário dos municípios de Rio das Ostras e Macaé.

Um ponto bastante enfatizado pelo grupo foi em relação à sensibilização social e educação ambiental. Foi relatado que, quando ocorre ações nessa área para as pessoas da zona rural, há

maior facilidade em levar novas abordagens para esse público, que tende a ser mais receptivo. Foi proposto um projeto permanente de relacionamento com as comunidades junto com a área técnica, para a construção de uma relação de confiança com a população. Foi relatado também sobre criar um sentimento de responsabilidade e pertencimento na população, afim de promover a sensibilização, visto que existe legislação sobre educação ambiental e que o Plano Municipal de Educação Ambiental esta em andamento. Outra proposta foi de um grupo de educação ambiental, que possa auxiliar às escolas com atividades e materiais que tragam a temática de gestão de recursos hídricos de maneira crítica aos estudantes, uma vez que nem sempre os professores conseguem os recursos necessários. Em uma das falas foi relatada e enfatizada a diferença entre a educação ambiental tradicional e a educação ambiental crítica, ou seja, aquela que leva os sujeitos à refletirem sobre o ambiente onde estão inseridos e em suas ações, de forma a empoderar o indivíduo para participação social. O grupo reconheceu a educação ambiental crítica como a mais interessante para as ações.

O grupo enfatizou a necessidade dos órgãos públicos atuarem em conjunto para haver interligações e os projetos terem continuidade, assim como, os próprios setores e as secretarias da prefeitura trocarem informações entre si. Os órgãos públicos envolvem tanto as prefeituras como o INEA, Órgão Gestor ambiental do estado. O grupo sugeriu criar um movimento que fortalecesse a autonomia da sociedade civil na cobrança e fiscalização dos órgãos públicos, como também o fortalecimento do CBHMO.

Sobre a implementação do PRH RH VIII (2014) e a legislação, foi relatada a necessidade de maior fiscalização e garantia do cumprimento das leis por parte dos órgãos públicos, principalmente em relação ao respeito das classes dos rios e ao lançamento de efluentes, em consonância com o enquadramento correspondente. O grupo enfatizou que deseja trechos de Classe 2 ou abaixo, não querem qualidade pior que isso. Foi relatado a necessidade do conhecimento das diretrizes públicas em relação ao saneamento e que este esteja alinhado com o interesse da população.



Foi esclarecido como será o processo após as oficinas de enquadramento, até a efetivação de uma resolução, aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que fará entrar em vigor o enquadramento dos corpos hídricos da Região Hidrográfica VIII do estado. Logo após essa explicação, foi proposto sobre ter uma devolutiva quando forem concluídas a etapa das oficinas de enquadramento, antes da resolução, para que todos os envolvidos nas oficinas dos diferentes saberes estejam cientes da proposta de enquadramento efetivada.

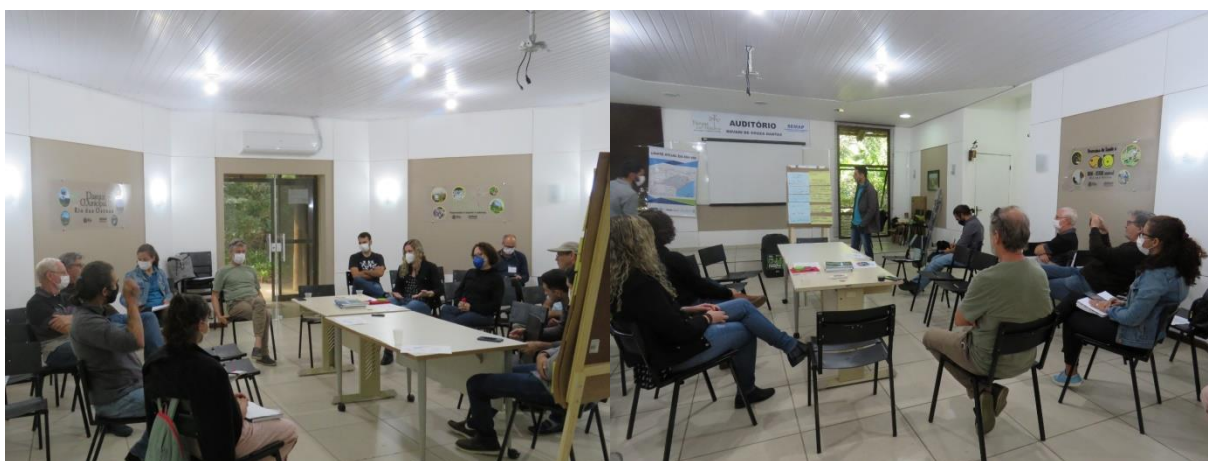


Figura 4. Roda de conversa com o grupo com o tema “O rio que podemos ter”.

Rio das Ostras, 12 de julho de 2022.

---

**Alice Sá Rego de Azevedo**  
Analista Técnica  
Matrícula: 77/2021

---

**Thayná Alonso**  
Estagiária Técnica